



**ENAN
PUR 2023**

Belém 22 a 26 de maio



Segurança e soberania alimentar por meio do bem comum urbano: O caso da horta da Ocupação 8 de Março (Recife, Pernambuco)¹

Natália Farias Menelau de Almeida

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.
Advogada Popular e pesquisadora da organização do Centro Popular de Direitos Humanos.

Izabella Galera

Professora adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.
Professora temporária do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.
Vice-coordenadora do Laboratório Espaço e Política (UFPE).

Juliana de Carvalho Ferreira Pinto

Graduanda em História pela Universidade Católica de Pernambuco.
Educadora popular (ONG FASE). Integrante da Coordenação Estadual e da brigada de agroecologia do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco.

Lahys Katarina de Barros Alves

Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns/PE. Integrante da brigada de arquitetura e planejamento do Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Sem-Teto de Pernambuco.

Felipe Jardim

Doutorando em cotutela pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo Instituto de Sociologia da Universidade Friedrich-Schiller (Jena, Alemanha).

ST-08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Diante de um cenário de socioeconômica, institucional, política e urbano-ambiental, como é possível garantir a segurança e a soberania alimentar para populações socioeconomicamente mais vulneráveis para além do modelo tradicional da propriedade privada? Para responder esta questão fundamental para a proteção social dentro de um Estado falho, a pesquisa investiga uma forma alternativa de produção e gestão do espaço e da vida urbana com base no caso da Ocupação 8 de Março (O8M), organizada desde 2021 pelo Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), em Recife/PE. A abordagem teórico-conceitual se dá em torno do comum urbano, aplicada à análise dos dados empíricos produzidos sobre o caso (entrevista, registros fotográficos e notas de observação). É possível perceber, sem esquecer as responsabilidades do Estado, que a gestão coletiva da propriedade para a moradia integrada à alimentação desvia da lógica individual e privatista do

¹ Pesquisa com suporte financeiro da Universidade Friedrich-Schiller (Bolsa de Doutorado 2022-2023 ao co-autor Felipe Jardim).

espaço urbano, ainda que não resolva de forma ampla o problema da fome no Brasil, é uma relevante possibilidade social emergencial replicável para diminuir a insegurança alimentar (e do déficit habitacional) de um determinado grupo e um passo no caminho da soberania alimentar.

Palavras-chave: Bem comum urbano; Horta urbana comunitária; MTST; Ocupação urbana; Segurança e soberania alimentar.

Food security and sovereignty through urban common: The case of the Ocupação 8 de Março vegetable garden (Recife, Brazil)

Summary. *Faced with a Brazilian scenario of socioeconomic, institutional, political and urban-environmental crisis, how is it possible to guarantee security and food sovereignty for socioeconomically more vulnerable populations beyond the traditional model of private property? To answer this fundamental question for social protection within a failed State, the research investigates an alternative form of production and management of space and urban life based on the case of the community garden of Ocupação 8 de Março (O8M), organized since 2021 by the Movement of Homeless Workers (MTST), in Recife/PE. To the theoretical-conceptual approach about urban commons is applied to the analysis of empirical data produced on the case (interview, photographic records and observation notes). It is possible to perceive – without forgetting the responsibilities of the State – that the collective management of property for housing integrated with food production deviates from the individual and private logic of urban space and, even if it does not solve the problem of hunger in Brazil in a broad way, it is a relevant replicable social emergency possibility to reduce food insecurity (and the housing deficit) of a certain group and represents a step in the path of food sovereignty.*

Keywords: Urban common; Community urban garden; MTST; Urban occupation; Food security and sovereignty.

¿Seguridad y soberanía alimentaria a través del bien común urbano: El caso de la huerta Ocupação 8 de Março (Recife, Brasil)

Resumen. *Ante un escenario brasileño de crisis socioeconómica, institucional, política y urbano-ambiental, ¿cómo es posible garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de las poblaciones socioeconómicamente más vulnerables, más allá del modelo tradicional de propiedad privada? Para responder a esta pregunta fundamental para la protección social en un Estado fallido, este trabajo investiga una forma alternativa de producción y gestión del espacio y la vida urbana a partir del caso de la huerta de Ocupação 8 de Março (O8M), organizada desde 2021 por la Movimiento de Trabajadores Sin Hogar (MTST), en Recife/PE. Se aplica el enfoque teórico-conceptual del común urbano al análisis de los datos empíricos producidos sobre el caso (entrevista, registros fotográficos y notas de observación). Es posible percibir – sin olvidar las responsabilidades del Estado – que la gestión colectiva de la propiedad para vivienda integrada a la producción de alimentos se aparta de la lógica individual y privatista del espacio urbano y, aunque no resuelve el problema del hambre en Brasil en sentido amplio, es una posibilidad de emergencia social replicable relevante para reducir la inseguridad alimentaria (y el déficit habitacional) de un determinado grupo y representa un paso en el camino de la soberanía alimentaria.*

Palabras llave: *Bien común urbano; Huerto urbano comunitario; MTST; ocupación urbana; Seguridad y soberanía alimentaria.*

INTRODUÇÃO

Recife é a capital brasileira com o maior índice de desigualdade social e concentração de renda. O estudo realizado em 2021 pelo Observatório das Metrópoles apontou que mais de 40% da população recifense vive em situação de precariedade com uma renda média de apenas R\$ 104 (cento e quatro reais) mensais per capita. A maior parte da população vive do trabalho informal e teve suas vidas gravemente afetadas pela pandemia, situação que afetou sobretudo a primeira infância no qual “26,7% das crianças de até cinco anos de idade viviam em lares com rendimentos do trabalho inferiores a 1/4 do salário-mínimo per capita. No auge da pandemia, esse percentual chegou a 32,2%.” (SALATA; RIBEIRO, 2022). Tais dados reforçam o contexto de precarização que se encontra grande parte da população do Recife que não consegue pagar os altos preços dos aluguéis exigidos pelo mercado imobiliário formal. Muitas famílias vivem o dilema de precisar escolher entre comer ou morar porque os dois já não se fazem possíveis. Sem casa própria e sem emprego formal, o custo do aluguel até mesmo de um barraco se tornou insustentável para eles se manterem nas comunidades em que viviam.

Então, diante de um cenário de socioeconômica, institucional, política e urbano-ambiental, como é possível garantir a segurança e a soberania alimentar para populações socioeconomicamente mais vulneráveis para além do modelo tradicional da propriedade privada?

Uma das possíveis respostas é dado pelo Movimento Dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), um movimento de caráter social, político e popular fundado em 1997 que advoga principalmente pelo direito à moradia, pela reforma urbana e pela diminuição da desigualdade social, que organiza pessoas para autossatisfação de direitos não providos pelo Estado principalmente, para as populações periféricas. Eles promovem, de maneira imediata, por meio da apropriação coletiva de um espaço sem função social, a moradia e a alimentação na cidade, como ocorre nas Cozinhas Solidárias e nas hortas comunitárias das ocupações urbanas. Neste sentido, no início de setembro de 2021, cerca de duzentas famílias organizadas junto MTST fundaram a Ocupação 8 de Março (O8M), em um terreno do Recife/PE que estava abandonado há mais de vinte anos. O terreno, que pertencente à incorporadora Anbar Participações, está localizado em uma das áreas mais valorizadas da capital pernambucana e acumula mais de 500 mil reais em dívidas relativas aos impostos municipais e federais; quando foi ocupado, estava sem função social – descumprindo os mandamentos da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e do Código Civil –, servindo apenas para especulação imobiliária.

Visto isso, esta pesquisa investiga uma forma alternativa de produção e gestão do espaço urbano e da vida na cidade, que é o cultivo de uma horta urbana comunitária em uma ocupação de luta por moradia, através do caso da O8M e da abordagem teórico-conceitual em torno do tema do comum urbano, aplicada à análise dos dados empíricos produzidos (entrevista, registros fotográficos e notas de observação) sobre o caso. O estudo foi dividido nesta introdução; uma parte teórica-conceitual sobre segurança e soberania alimentar e bem comum urbano; seguido de detalhamentos do caso empírico da horta na O8M; e conclusões. A partir disso, é possível perceber, sem esquecer as responsabilidades do Estado, que a gestão coletiva da propriedade para a moradia integrada à alimentação desvia da lógica individual e privatista do espaço urbano, ainda que não resolva de forma ampla o problema da fome no

Brasil, é uma relevante possibilidade social emergencial replicável para diminuir a insegurança alimentar (e do déficit habitacional) de um determinado grupo e um passo no caminho da soberania alimentar.

1 SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E O BEM COMUM URBANO

No Brasil, mais de 60 milhões de pessoas vivem em insegurança alimentar (FAO, 2022).

Mais da metade dos domicílios brasileiros (55,2%) conviviam com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020 – um aumento de 54% desde 2018 (36,7%). A experiência da fome (insegurança alimentar grave) esteve presente em 9% dos domicílios no final de 2020, o equivalente a 19 milhões de brasileiros. Essa proporção é mais que dobro observado em 2009, e representa uma volta ao nível observado em 2004 (FAO, 2022).

Ou seja, falta um ou mais dos pilares da **segurança alimentar**: disponibilidade de alimentos, acesso físico e econômico, e utilização aos alimentos de qualidade e nutritivos ao longo do tempo (FAO, 1996). Este conceito ganha espaço mundialmente na década de 1970. Por sua vez, a **soberania alimentar** é um conceito que foi difundido pela Via Campesina sobretudo na entre a década de 1980 e 1990, e é fruto da luta dos movimentos sociais do campo. Não aborda só a disponibilidade do alimento, mas visa questionar também os modos de produção dos alimentos, entendendo toda a cadeia produtiva, até o consumo e descarte, e se propõe também em debater a reforma agrária, a mercantilização do alimento e formas mais sustentáveis de produção, como a agroecologia. A Via Campesina defende que é o povo que tem direito de definir o que comer, onde e quando, e acima de tudo, é o povo que tem o direito de pensar e pautar as políticas públicas voltadas para a questão agrária, alimentar e territorial (BRASIL DE FATO, 2021). Além disso, o debate da soberania alimentar tem em vista olhar para realidade de cada território e entender localmente o maior potencial produtivo de alimento em diferentes contextos (BRASIL DE FATO, 2021). Outro ponto crucial do debate da soberania alimentar passa por questionar as questões de gênero, classe e raça, colocando sobre a mesa diversas formas de opressão que não podem passar despercebidas e afetam cotidianamente as práticas socioespaciais.

É neste sentido que as hortas comunitárias e os quintais produtivos na escala das ocupações urbanas têm como perspectiva, ainda que em estágio muito inicial, a luta pela soberania alimentar e territorial como práticas não-capitalistas de produção, distribuição e consumo agrícola com arranjos mais coletivos de posse da terra, além de contribuírem para um passo rumo à soberania alimentar de algumas famílias que vivenciam situação de exclusão social porque existe

a defesa do uso agrícola da terra associada à crítica à manutenção de vazios urbanos e ao cumprimento da função social da terra; a intensificação do uso social da cidade, por meio de mais autonomia das ações coletivas como forças transformadoras do espaço cotidiano; bem como uma noção ampliada de direito à moradia que articula a melhoria da qualidade do ambiente no qual se insere (ALMEIDA, 2016, p. 190).

Por sua vez, o comum pode ser definido em bens, espaços e recursos que são compartilhados, usados e geridos coletivamente por meio de práticas da própria comunidade, fora do âmbito do Estado e do mercado (TONUCCI FILHO, 2017). Ele proclama um *ethos* de compartilhamento, cooperação, generosidade e formas de solidariedade humana em práticas mais autônomas e coletivas de produção e reprodução social (ANGELIS, 2007; HARDT; NEGRI, 2009). Não existe o comum sem uma comunidade.

Estudos acadêmicos sobre comum não são novidade nas pesquisas das ciências sociais. A teoria é consolidada no mundo anglo saxão há pelo menos 50 anos por autores de diferentes correntes de pensamento (neoinstitucionalistas e marxistas, por exemplo). O debate acadêmico e político sobre o comum envolve complexos nuances epistemológicos, bem como é atravessado por disciplinas diversas (como Antropologia, Ecologia, Direito, Geografia, História e Economia). Pesquisadores e ativistas têm utilizado o conceito do comum para pensar temas tão díspares como urbanismo, gestão de recursos hídricos, ordenamento jurídico internacional, ferramentas participativas para democracia, cidade colaborativa, moedas e financiamento do comum entre tantos outros temas que contemplam práticas de produção em comunidade (WALL, 2014; SAVAZONI, 2018).

Nos anos 1970, o conceito popularizou-se quando a economista Elinor Ostrom propôs uma alternativa viável para um problema típico da economia política liberal do século XVIII: como administrar recursos naturais escassos em face da demanda infinita? A resposta rendeu o Nobel de Economia a Ostrom, em 2009, que através de estudos empíricos demonstrou que recursos comuns podem contar com gestão coletiva sustentável e com regras de uso e acesso definidas pelas comunidades para além do controle do Estado e do mercado (VIEIRA, 2017). Posteriormente, a maior difusão do comum como slogan político teve início com os movimentos ambientalistas e altermundialistas na década de 1990, ganhando força com o novo ciclo de protestos globais que, desde 2011, questionam a hegemonia neoliberal, as políticas de austeridade e os regimes não democráticos.

Importante perceber que apesar de ser um conceito teórico recente e ainda em disputa na academia, o comum encontra-se há bastante tempo incorporado nos territórios populares urbanos (favelas, loteamentos, informais, ocupações etc.), devido ao entrelaçamento entre estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social (TONUCCI FILHO, 2017). É na esteira dessas experiências que surge uma nova literatura voltada especificamente ao estudo do comum urbano com maior proeminência em publicações de língua inglesa ou espanhola.

No comum urbano, a experiência das hortas comunitárias, quintais produtivos e cozinhas comunitárias nas ocupações carregam em sua existência uma desobediência civil, uma insubordinação à lógica capitalista, com outras formas de organização coletiva que desviam a lógica da propriedade privada. Mesmo se olharmos para as ocupações urbanas como um todo, tanto os lotes individuais quanto a produção dos espaços coletivos, podemos entender que a luta pela casa própria de forma organizada junto aos movimentos sociais traz consigo formas desviantes de produção do espaço urbano. Tais práticas do comum se materializam como momentos de troca e colaboração que têm a dimensão da construção coletiva, e não operam na dinâmica de compra e venda. Estes momentos comunais podem se dar em temporalidades diversas, tanto em um espaço coletivo fixo como nas festas tradicionais e nas próprias festas de

aniversário das ocupações, que reforçam os laços comunitários e fortalecem o senso de coletividade. As práticas do comum que acontecem cotidianamente nestas ocupações são circunstâncias não tão fáceis de serem captadas se não olharmos atentamente, mas que tem sua essência relações que não giram em torno da propriedade. Contudo, destaca-que

as iniciativas de partilha de comuns que vemos proliferar à nossa volta – bancos de tempo, hortas urbanas, agricultura de base comunitária, cooperativas alimentares, moedas locais, licenças Creative Commons, práticas de permuta e trocas de informação – [a depender da utilização] são mais do que diques de contenção contra o ataque neoliberal à nossa subsistência: trata-se de experiências de autoabastecimento, sementes de um modo de produção alternativo ainda em formação. Também é assim que devemos ver os movimentos de ocupação em muitas periferias urbanas ao redor do mundo desde os anos 1980, não só como produtos da expropriação de terra mas também como sinais de uma população crescente de habitantes urbanos “desconectados” da economia mundial formal, que atualmente organizam sua reprodução fora do controle do Estado e do mercado (FEDERICI, 2019, p.156).

Ainda,

do ponto de vista da economia política da urbanização, uma ocupação urbana é uma maneira de apropriação do valor produzido coletivamente na cidade, mas apropriado de forma individual. Se um terreno abandonado, retido para especulação imobiliária, é ocupado por famílias sem-teto é uma maneira de recuperar a riqueza produzida pela coletividade no espaço urbano (FREITAS, 2015, p. 99).

A auto-organização nas ocupações urbanas reconhece a população como capaz de produzir a própria moradia e construir a cidade. A autoconstrução acontece neste sentido tanto para subir uma casa quanto para abrir as ruas, instalar a luz, pensar no abastecimento de água dentre outras coisas, geralmente acontecem por meio de mutirão, fruto de redes de solidariedade e muito trabalho coletivo mobilizadas pela prestação mútua de ajuda. As “ocupações organizadas” conformam uma proposta de resistência que mostra que “a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz”. A auto-organização das ocupações urbanas é o que ele denomina como “fazer Reforma Urbana com as próprias mãos”, um enfrentamento ao Estado na luta por direitos (BOULOS, 2014, p. 63).

O nome que damos a isso é fazer Reforma Urbana com as próprias mãos: apropriar-se do espaço urbano de acordo com interesses coletivos, colhendo os frutos da organização autônoma dos trabalhadores. Sem deixar, por outro lado, de enfrentar o Estado para exigir a conquista de nossos direitos (BOULOS, 2014, p. 67).

Mesmo compreendendo que dentro do meio de produção capitalista, estamos distantes de superarmos estruturalmente este modelo que é pautado pela lógica da propriedade privada e da especulação da cidade como valor de troca. Entretanto, nos serve de farol as manifestações econômicas que não são mediadas pelo dinheiro como fator central, e se manifestam na realidade urbana em diferentes graus.

2 O CASO DA HORTA URBANA COMUNITÁRIA DA OCUPAÇÃO 8 DE MARÇO

O avanço da insegurança alimentar fez aumentar as ações de luta e efetivação por direitos, sobretudo, direito à moradia e segurança alimentar, que o MTST já vinha propondo-se a organizar desde 1997. Através de ações de solidariedade como campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos (cestas básicas) aos famintos, bem como com a criação de cozinhas solidárias², o MTST amadureceu o debate do direito à cidade sobre a perspectiva da agricultura urbana como mais uma viável alternativa para combater a fome (ROCHA; JARDIM, 2022). A partir daí, nas ocupações em que organiza o movimento considera importante separar uma área de uso coletivo para auxiliar na segurança alimentar dos moradores e moradoras.

Ainda que soubéssemos as dificuldades que são enfrentadas nas ocupações, onde muitas vezes não sobra espaço nem para casas de mais de um "vão", como podemos pensar em plantar? Daí a ideia de cada ocupação desde o início ter um espaço reservado para uma horta coletiva, onde os moradores possam viver um momento de cuidado de um espaço comum dentro da ocupação onde literalmente colham os frutos dessa prática coletiva. Foi assim na O8M. Logo que a ocupação se consolidou, separamos junto às brigadas de arquitetura e agroecologia, um espaço para a implantação da horta e dias depois foi realizado um plantio coletivo de macaxeira (MTST, 2022).³

No plano de organização espacial da ocupação quatro elementos são centrais e sempre estão presentes como parte da metodologia que estrutura a criação de ocupações do MTST. O barraco da autodefesa, o barracão, a cozinha coletiva e, por trás desta, o espaço da horta. A primeira forma de ocupação do espaço é por meio de ocas erguidas em bambu e lona. Representam a forma mais rápida de constituir uma marca espacial de que este lugar já não é mais vazio, e sob essa estratégia se ergueu a Ocupação 8 de Março. No entanto, como eram muitas famílias, a estrutura da cozinha comunitária (Foto 1) foi desmontada, sem chegar a ter sido utilizada, em razão da necessidade de criar mais lotes para moradia. Então, o pequeno espaço foi destinado à horta comunitária (Foto 2). Tal fato comprova a importância de se manter um lugar coletivo na comunidade. À medida que a ocupação foi resistindo às tentativas de despejos⁴, começaram a ser erguidos barracos, estruturas semifixas com o fim de proporcionar um melhor estar para as pessoas moradoras. No momento de consolidação vê-se a comunidade surgir além dos barracos erguidos: surgem jardins em latas e canteiros nas frentes das casas. Parece ser instintivo, o cultivar. Plantar é também uma forma de humanizar os espaços, é a expressão máxima da relação humana com a terra, que apesar de negada na lógica urbana, está presente na natureza do ser humano.

² As cozinhas solidárias nascem pelas mãos do MTST com o propósito de ajudar a combater a fome em um período de crise sanitária, social, econômica e política.

³ Entrevista com Juliana de Carvalho Ferreira Pinto realizada no dia 10/09/2022, em Recife-PE.

⁴ Em setembro de 2021, o proprietário entrou com um pedido de reintegração de posse, que foi deferido por um juiz de primeira instância em 28 de setembro, determinando que as famílias teriam que deixar a ocupação até o dia 21 de outubro de 2021, mas com a prorrogação da ADPF nº828 os despejos estão suspensos até 31 de outubro de 2022.



Foto 1. Estrutura da cozinha comunitária – uma das primeiras construções na Ocupação 8 de Março (fonte: co-autora Lahys Barros, 2021).



Foto 2. Espaço da horta após a retirada da estrutura da cozinha da Ocupação 8 de Março (fonte: co-autora Lahys Barros, 2022).

Como a ocupação é recente, a horta comunitária da O8M ainda é frágil e descontínua, apesar dos muitos esforços e investimentos feitos pelos moradores e moradoras. Como o terreno estava há muito tempo abandonado e com bastante entulho e lixo, começaram a aparecer na horta ratos e outros animais comendo as raízes das plantas e contaminando o local. Mesmo assim, a ideia de cultivo não foi abandonada e para resolver o problema pontual foi celebrada uma parceria com a Organização Não-governamental Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)⁵ para refazer a horta.

⁵ A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo.

Como pode ser observado no planejamento (Figura 1), o espaço destinado para cultivo da horta coletiva é considerado como importante e estratégico de se manter. Dentro da perspectiva que o comum é produto de práticas coletivas de compartilhamento e autogestão, no qual há primazia do uso em detrimento do valor de troca, assim como de uma forma específica de apropriação que é coletiva e não exclusivista.



Figura 1. Projeto elaborado pela brigada de arquitetura do MTST (fonte: co-autora Lahys Barros, 2021).

A produção da horta da O8M (Foto 3) não tem intenção comercial de lucro ou de acumulação, e sim tem por proposta atender a necessidades sociais básicas dos próprios residentes independente de sua capacidade de compra, ou para futuros incrementos de renda coletiva, caso haja excedentes de produção.



Foto 3. Espaço da horta com cerca (fonte: autora Lahys Barros, 2022).

O cultivo da horta é ainda representa um desafio para a ocupação. Alguns moradores, em sua maioria as mulheres, se engajam para regar, mas no máximo três famílias têm um cuidado mais regular com o espaço. Na horta, macaxeira e batata foram as primeiras plantas cultivadas. Tomate, jerimum, e outros legumes foram surgindo ao longo dos meses e hoje produz hortaliças como manjeriço, pimenta, tomate, alface crespa, lisa e roxa, coentro e couve. No primeiro plantio

(macaxeira) não houve aproveitamento nenhum. “Num segundo momento, após a realização de um mutirão, tivemos a colheita de coentro e alface, distribuído para todos os moradores que participaram das atividades da horta.”⁶ (MTST, 2022).

É importante pontuar que a horta comunitária da O8M ainda hoje não rendeu os frutos desejados rumo a garantia da segurança alimentar. No entanto, a horta representa o lugar simbólico de existir um espaço coletivo destinado ao plantio que confere uso ao espaço e funciona como um desejo futuro de produzir alimentos (para consumo próprio, doações, venda para gerar apoio às manifestações). Ainda, destaca-se que a configuração de relações informais de compartilhamento e reciprocidade, além de minimizarem situações de vulnerabilidade, podem criar laços e vínculos comunitários dentro da ocupação. O processo de aprendizagem das pessoas e trocas de existências coletivas que surgem em torno dos cuidados com o plantio da horta circulam compartilhamentos que vão além das riquezas sobre espécies de plantas. As trocas entre ocupantes surgem em torno do espaço coletivo da horta e vão (trans)formando relações. Ao compartilhar uma espécie nova de muda, por exemplo, os vizinhos compartilham também os saberes, os afetos, afirmação de identidades, pertença territorial etc. Por representar esse espaço coletivo, a horta pode funcionar como fortalecimento de trocas potentes entres os moradores e moradoras do espaço.

Ainda, nota-se que o plantio e cuidado com horta também anunciam preocupações com a segurança alimentar e com a produção agroecológica, e que a nova horta é fundamental para reduzir a dependência local da compra de produtos de fora, excessivamente contaminados com agrotóxicos e aditivos químicos. Espaços de cultivo são também espaços de cuidado com o outro, de preocupação com questões de saúde e bem-viver, de circulação de saberes e afetos voltados à sustentação da vida, não só humana (TONUCCI FILHO, 2017). Sendo agroecológica, além da função de defesa da permanência e vida das famílias nos territórios, a horta é um horizonte de produção saudável de alimentos conectado com saberes ancestrais e com práticas coletivas. É importante frisar que a tal forma produção saudável de alimentos busca garantir a preservação e conservação da terra e sua biodiversidade, a segurança produtiva para o agricultor com uma capacidade de sustentação a partir do trabalho, e que promovam o consumo variado e sustentável.

Por fim, afastando-se de classificações mais descritivas do comum que classificam os recursos conforme os critérios de acesso e rivalidade, é indubitável que hortas comunitárias são uma forma importante de produção do comum (TONUCCI FILHO, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para suprir necessidades e direitos básicos que historicamente não são ofertados pelo Estado, mas com um cenário de agravamento por causa da pandemia de COVID-19, a população precisa encontrar maneiras de autossatisfação. Uma delas pode ocorrer através da organização em grupo,

⁶ Entrevista com Juliana de Carvalho Ferreira Pinto realizada no dia 10/09/2022, em Recife-PE.

como a que ocorreu com o apoio do MTST, na Ocupação 8 de Março (O8M), a fim de prover o direito à moradia na capital pernambucana para cerca de 200 famílias.

Porém, a ocupação urbana em destaque vai além da luta pela moradia ao integrar no espaço comum uma horta. Esta, ao ser analisada por meio da teoria do bem comum e dos dados empíricos coletados, representa uma forma alternativa ao modelo tradicional privado de propriedade a partir da produção e da gestão do espaço urbano e da vida na cidade. Ressalta-se que, desta forma, este trabalho vem agregar à teoria e à prática do comum urbano a partir da perspectiva de um caso brasileiro relacionado aos movimentos sociais. O trabalho, ainda, ao lado da publicação de Rocha e Jardim (2022), confirma e expande o estado da arte sobre agricultura urbana comunitária no Recife.

A análise apresenta que é possível uma comunidade integrada e unida fazer a autogestão de um espaço coletivo através de laços e relações de compartilhamento e reciprocidade. Indo além, a horta é um bem comum que aponta a possibilidade de diversos ganhos (eventualmente simbolicamente monetários) com foco nas riquezas individuais e coletivas: dignidade, relações sociais, expertises, afirmação de identidades, afetos, identificação política, pertença territorial, conhecimento, ação e empoderamento.

Todavia, a horta comunitária da O8M, gigante em valores e significados sociais, ainda é pequena em termos de produção, então ainda não garante a segurança alimentar da comunidade investigada, mas aponta, por meio de alguns passos já dados, o rumo à soberania alimentar. É um lampejo de esperança no devastador cenário de fome do Recife. Serve, assim, como um exemplo para outras cidades, dentro e fora do Brasil, de um passo revolucionário dos movimentos sociais para a cidadania calcada na vida cotidiana desalienada; liberta das lógicas corriqueiras da cidade contemporânea.

Também é importante reconhecer que as práticas do comum e das ocupações urbanas não devem ser vistas de forma romântica e descolada da realidade que se impõem diariamente na vida das moradoras e moradores de ocupação. A O8M e outros casos similares ainda vivem sob diversas carências profundas e estruturais de responsabilidade do Estado definidas no pacto constitucional e no direito internacional. Na verdade, o poder público poderia reconhecer e fortalecer esses espaços viabilizando a produção e gestão popular e autônoma desses territórios. Em conclusão, alerta-se que as hortas comunitárias são espaços contraditórios e moventes, de modo que conflitos existem e tornam o território da horta um espaço tensionado entre o público, o privado e o comum.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela A. O. de. **Isto e aquilo: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, Tese de Doutorado em Geografia, 2016.

BOULOS, Guilherme. **Porque Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto**. <https://www.cartacapital.com.br/revista/954/o-que-quer-arede-globo>

BRASIL DE FATO. **Via campesina comemora 25 anos de resistência em defesa da soberania alimentar.** Página da Internet. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/16/via-campesina-comemora-25-anos-de-resistencia-em-defesa-da-soberania-alimentar>. Acesso: 12/09/2022

ANGELIS, Massimo de. **The beginning of history: value struggles and global capital.** London; Ann Arbor, MI: Pluto, 2007.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). **Página da Internet.** 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/publicacoes/pt/>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

_____. **Declaração de Roma.** Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 15 de dezembro 2022.

FEDERICI, Silvia. **Feminism and the politics of the commons.** The commoner, 2011. Disponível em: <http://thecommoner.org/>. Acesso em: 02 mai. 2019.

FREITAS, Luis Fernando Vasconcelos. **Do profavela à Izidora: a luta pelo direito à cidade em Belo Horizonte.** REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press,** 2009.

ROCHA, Daniele; JARDIM, Felipe. Segurança alimentar na perspectiva do direito à cidade: Redes de Solidariedade no enfrentamento ao Covid-19 no Recife. In: **Reforma Urbana e Direito à cidade: Recife.** (Org.) Maria Angela de Almeida Souza, Fabiano Rocha Diniz e Danielle de Melo Rocha. Observatório das Metrópoles. Recife, 2022. Disponível em: <http://reformaurbanadireitoacidade.net/livros/regiao-metropolitana-do-recife/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SALATA, André Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim **Desigualdade nas Metrópoles.** Porto Alegre/RS, n. 07, 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/04/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_07.pdf. Acesso 07/09/2022.

SAVAZONI, R. T. A. **O comum entre nós: Da cultura digital à democracia do século XXI.** São Paulo: Edições Sesc SP, 2018.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **Comum urbano: a cidade além do público e do privado.** 2017. 244 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização .** Tese de doutorado em Educação, sob orientação de Marcos Barbosa de Oliveira. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WALL, Derek. **The commons in history: culture, conflict, and ecology.** Cambridge, MA; London: MIT Press, 2014.